

**5ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL XI - PINHEIROS DA COMARCA DE SÃO PAULO DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

A Exma. Sra. Dra. **Luciana Bassi de Melo**, Juíza de Direito da **5ª Vara Cível do Foro Regional XI - Pinheiros da Comarca de São Paulo do Estado de São Paulo**, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO**, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da **Gestora Picelli Leilões**, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico [www.picellileiloes.com.br](http://www.picellileiloes.com.br), ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução N° 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

**Processo nº: 1124887-30.2023.8.26.0100**

**AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (processo principal).**

**EXEQUENTE: SC1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, CNPJ/MF nº55.469.182/0001-36 (“Fundo SC1”), por seu representado por sua gestora SH ASSET CAPITAL GESTAO DE RECURSOSLTDA CNPJ/MF sob nº37.123.902/0001-25 (fls. 505).**

**EXECUTADOS: INEB - INEB INSTITUTO DE MEDICINA E NEFROLOGIA DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF sob nº 08.039.076/0001-32, SEANEF - SEANEF – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA ENEFROLOGIA DE FORMOSA EIRELI, CNPJ/MF sob o nº 04.171.041/0001-00., por seus representantes legais e demais coobrigados; JOÃO PAULO AGUIAR – CPF/MF sob o nº 064.930.565-51, PAULO ROBERTO AGUIAR NOVAES CPF/MF sob o nº 017.317.175-39,**

**INTERESSADOS:**

- ✓ Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA, CNPJ/MF nº 14.239.578/0001-00, na pessoa do procurador(a).
- ✓ Condomínio Vila Verde, CNPJ: 15.755.221/0001-47
- ✓ Ocupante do Imóvel

**DO CERTAME**

**1ª Praça:** Iniciará no dia **26/05/2026 às 14h15min** e encerrará no dia **29/05/2026 14h15min**.

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 306.073,78 (trezentos e seis mil e setenta e três reais e setenta e oito centavos)**, para março de 2026, que será **atualizado até a data do leilão**, conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

**2ª Praça:** Iniciará no dia **29/05/2026 às 14h15min** e se encerrará no dia **25/06/2026 às 14h15min (horário de Brasília)**.

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 183.644,26 (cento e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais),** que corresponde **60% do valor da avaliação, que será atualizado até a data do leilão,** conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**DA DESCRIÇÃO DO BEM: IMÓVEL URBANO, Casa 01, Rua das Laranjeiras, quadra 06, do Condomínio Vila Verde, situado no Eixo Anel Rodoviário, s/nº Lote 01, sentido Barra do Choça, Bairro Primavera, nesta cidade, contendo 01 sala, 01 cozinha, 01 banheiro social, 01 área de serviço, 01 área de circulação, 02 quartos, 01 quarto suíte, 01 banheiro suíte, com área privativa real de 180,00m<sup>2</sup>, área comum real de 167,78m<sup>2</sup> e área total de 347,78m<sup>2</sup>, equivalendo uma fração ideal de 0,56887%. AV.5/74.947 – CONDOMÍNIO EDILÍCIO. Conforme R.4 da matrícula nº 59.791 do mesmo Cartório.**

**CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO:** 01 (uma) casa residencial, localizada no Condomínio Vila Verde, na Rua das Laranjeiras, quadra 06, casa 01, Bairro Primavera, limitando-se com quem de direito. avaliação realizada por amostragem, tendo em vista que o imóvel se encontra desocupado e fechado. – Fls. 688 em 20 de agosto de 2025. – Ato realizado por Oficial de Justiça;

**AVALIADO: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em agosto de 2025 – Fls.688 a ser atualizado até a data do leilão, pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, homologado às folhas 715/717.**

**Localização: Rua das Laranjeiras, casa 01, quadra 06, Condomínio Vila Verde, Primavera – Cep: 45078-516**

**Matrícula nº 74.947, do2º Ofício de Registro de Imóveis de Vitória da Conquista/BA.**

- **Deferido a penhora do imóvel em nome de Paulo Roberto Aguiar Novaes, nomeado o próprio executado é o depositário, fls. 336 – item 02.**

**DO ÔNUS: Consta PENHORA** do processo em epígrafe fls. 334/337, devidamente averbada com a existência de ação Av.1.74.947 e penhora no R.2/74.947. Consta **PENHORA** no R.4/74.947 do processo nº 0000048-11.2021.5.05.0631 em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de Brumado/BA. Consta **INDISPONIBILIDADE PRENOTADA** À AV. 03/74.947. Conforme consulta no web site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA, em 24 de março de 2026. Não constam **DÉBITOS FISCAIS** relativos ao imóvel. Eventual regularização de baixa dos ônus da referida matrícula será feita pelo arrematante. Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento além do acima mencionado sobre o bem penhorado até a presente data. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, **EXCETO os decorrentes de DÉBITOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no**

**preço da arrematação, conforme o Tema 1134 STJ, bem como, débitos de condomínio de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência, nos termos do artigo 908 §1 do CPC.** Houve *due diligence* e este leiloeiro constatou após consulta no **TRT2, TRT 05 e TRT15 que há processos trabalhistas** em trâmite em face aos executados.

**As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade.**

**DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 823.243,43 (oitocentos e vinte e três mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos) em janeiro de 2026 – fls. 714**

**DO IMÓVEL:** Demais informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou causa pendentes deverão ser consultadas nos autos pelo interessado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (Art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive impostos, taxas, emolumentos, seguros são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante (29º da Resolução 236/2016).

**DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS:** A hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI, do CC). Havendo pluralidade de credores (inclusive os garantidos por penhora) ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art. 908 e parágrafos do CPC. Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, bem como débitos condominiais (de natureza *propter rem*) serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, 'caput' e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.

**DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE:** Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel bem como as despesas com transferência, recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, **inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados** nos órgãos competentes além de outros débitos que incidir sobre o imóvel, excetuados aqueles quitados com o produto da presente. Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à desocupação, transferência dos imóveis.

**DA BAIXA DOS GRAVAMES NO FÓLIO REAL:** Conforme artigo 320-G do Provimento 188/2024, nos termos da Lei, em caso de arrematação, todos os ônus da matrícula anteriores à data da expedição da carta de arrematação, serão baixadas por este Juízo de ofício ao Cartório

de Registro de Imóveis competente, momento em que tal instituição deverá também noticiar a baixa dos ônus aos respectivos detentores de tais prerrogativas, de tudo dando ciência nos autos.

**DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor [www.picellileiloes.com.br](http://www.picellileiloes.com.br), [www.publicjud.com.br](http://www.publicjud.com.br), em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

**DO CONDUTOR DO LEILÃO:** O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico [www.picellileiloes.com.br](http://www.picellileiloes.com.br), no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

**DOS LANCES:** Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal <http://www.picellileiloes.com.br/>.

**FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

**À VISTA:** O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

**PARCELADO:** O interessado deverá apresentar proposta por escrito através do endereço eletrônico: contato@picellileiloes.com.br, até o início do leilão que deverá indicar o sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe, consubstanciado no artigo 1.489, V do Código Civil. **A apresentação de proposta não suspende o leilão** (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. **Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e comissão já depositadas, voltando os bens ao novo leilão**, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. **Conforme hodierna jurisprudência será aceito proposta no curso do leilão:** “Agravado de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. ***Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895. Arrematação de imóvel que, por***

*outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.”(Agravo de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.).*

**Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.**

**ARREMATÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e § 3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada no edital sendo que que não será considerada despesa processual.

**LANCE CONDICIONAL:** Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão do dos documentos em caso de aceitação.

**DA COMISSÃO:** Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de **5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)**

§ 1º **Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.**

§ 2º **Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.**

§ 3º **Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”**

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para [atendimento@picellileiloes.com.br](mailto:atendimento@picellileiloes.com.br)

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ), e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

**Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.**

Jaguariúna, 25 de março de 2026.

**Dra. Luciana Bassi de Melo**  
**Juíza de Direito**

**Joel Augusto Picelli Filho**  
**Leiloeiro Oficial – Jucesp 754**